

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: <https://doi.org/10.1590/0102-46985255>

NOVO PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (2024–2028): DESAFIOS, EMERGÊNCIAS E LIMITAÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO

Marcio Giusti Trevisol, Altair Alberto Fávero, Marlon Sandro Lesnieski

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12022>

Submetido em: 2025-05-18
Postado em: 2025-05-21 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

NOVO PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (2024–2028): DESAFIOS, EMERGÊNCIAS E LIMITAÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO

MARCIO GIUSTI TREVISOL

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6127-1750>

marcio.trecisol@unoesc.edu.br

ALTAIR ALBERTO FÁVERO²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9187-7283>

altairfaver@gmail.com

MARLON SANDRO LESNIESKI³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0783-1021>

marlon.lessnieski@prof.sc.senac.br

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba, Santa Catarina (SC), Brasil.

² Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

³ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Joaçaba, Santa Catarina (SC), Brasil.

RESUMO: A promulgação do Novo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2024-2028) suscita indagações centrais sobre os rumos da pós-graduação brasileira, historicamente reconhecida como *locus* privilegiado de indução à pesquisa, ciência e inovação. Este estudo qualitativo, de caráter exploratório, bibliográfico e documental, fundamenta-se na metodologia histórico-crítica para analisar os desafios, emergências e limitações explicitados no PNPG diante do papel estratégico do sistema para o desenvolvimento nacional. A análise documental concentra-se em três categorias: (i) desafios emergentes, (ii) objetivos e missão, e (iii) eixos de atuação, limites e entraves. Os resultados evidenciam avanços relevantes em inclusão, diversidade e internacionalização, alinhados a metas de expansão equitativa e fortalecimento de redes interinstitucionais. Entretanto, persistem fragilidades, como a dependência orçamentária de fontes instáveis, riscos de instrumentalização tecnocrática e lacunas na avaliação qualitativa dos programas. Tais obstáculos comprometem a construção de um ecossistema científico robusto, socialmente referenciado e capaz de responder às demandas contemporâneas de soberania tecnológica. Conclui-se que a consolidação de um sistema de pós-graduação inclusivo e de excelência exige políticas de financiamento perenes, métricas avaliativas que valorizem diversidade regional e impacto social, e estímulo a arranjos colaborativos entre universidades, institutos e setor produtivo. Ao delinear esses elementos críticos, o estudo contribui para o debate sobre a implementação do PNPG 2024-2028 e orienta reflexões sobre estratégias que garantam a continuidade da produção científica de qualidade, promovam a formação de recursos humanos altamente qualificados e ampliem a inserção internacional sem descuidar das especificidades e desigualdades do contexto brasileiro.

Palavras-chave: plano nacional de pós-graduação, pós-graduação brasileira, política educacional.

NEW NATIONAL GRADUATE EDUCATION PLAN (2024–2028): CHALLENGES, EMERGENCIES, AND LIMITATIONS IN THE BRAZILIAN CONTEXT

ABSTRACT: The promulgation of the New National Graduate Education Plan (PNPG 2024-2028) raises central questions about the future directions of Brazilian graduate studies, historically regarded as a privileged locus for fostering research, science, and innovation. This qualitative, exploratory, bibliographic, and documentary study is grounded in the historical-critical methodology to examine the challenges, urgencies, and limitations highlighted in the PNPG in light of the system's strategic role in

national development. Documentary analysis focuses on three categories: (i) emerging challenges; (ii) objectives and mission; and (iii) axes of action, limits, and obstacles. Results reveal noteworthy advances in inclusion, diversity, and internationalization, aligned with goals of equitable expansion and strengthened inter-institutional networks. Nonetheless, vulnerabilities persist—such as budgetary dependence on unstable sources, risks of technocratic instrumentalization, and gaps in qualitative program evaluation—that hinder the construction of a robust, socially referenced scientific ecosystem capable of meeting contemporary demands for technological sovereignty. Consolidating an inclusive and excellent graduate system therefore requires stable financing policies, assessment metrics that value regional diversity and social impact, and incentives for collaborative arrangements among universities, institutes, and the productive sector. By outlining these critical elements, the study contributes to the debate on PNPG 2024–2028 implementation and guides reflections on strategies that ensure sustained high-quality scientific output, foster the training of highly qualified human resources, and expand international engagement while accounting for Brazil’s specificities and inequalities.

Keywords: national graduate education plan, brazilian graduate education, educational policy.

NUEVO PLAN NACIONAL DE POSGRADO (2024–2028): DESAFÍOS, EMERGENCIAS Y LIMITACIONES EN EL CONTEXTO BRASILEÑO

RESUMEN: La promulgación del Nuevo Plan Nacional de Posgrado (PNPG 2024–2028) suscita interrogantes centrales sobre los rumbos de la posgraduación brasileña, históricamente reconocida como un espacio privilegiado para la investigación, la ciencia y la innovación. Este estudio cualitativo, de carácter exploratorio, bibliográfico y documental, se fundamenta en la metodología histórico-crítica para analizar los desafíos, urgencias y limitaciones expuestos en el PNPG considerando el papel estratégico del sistema en el desarrollo nacional. El análisis documental se concentra en tres categorías: (i) desafíos emergentes; (ii) objetivos y misión; y (iii) ejes de actuación, límites y obstáculos. Los resultados evidencian avances significativos en inclusión, diversidad e internacionalización, coherentes con metas de expansión equitativa y fortalecimiento de redes interinstitucionales. Sin embargo, persisten fragilidades, como la dependencia presupuestaria de fuentes inestables, riesgos de instrumentalización tecnocrática y vacíos en la evaluación cualitativa de los programas, que comprometen la construcción de un ecosistema científico robusto y socialmente referenciado, capaz de responder a las demandas contemporáneas de soberanía tecnológica. Se concluye que la consolidación de un sistema de posgrado inclusivo y de excelencia exige políticas de financiación permanentes, métricas de evaluación que valoren la diversidad regional y el impacto social, y estímulos a los arreglos colaborativos entre universidades, institutos y el sector productivo. Al delinear estos elementos críticos, el estudio contribuye al debate sobre la implementación del PNPG 2024–2028 y orienta reflexiones sobre estrategias que garanticen la continuidad de la producción científica de calidad, promuevan la formación de recursos humanos altamente calificados y amplíen la inserción internacional sin descuidar las particularidades y desigualdades brasileñas.

Palabras clave: plan nacional de posgrado, posgrado brasileño, política educativa.

INTRODUÇÃO

A partir da concepção de que o mundo da produção se encontra ingressado na quarta revolução, o campo de poder (o Estado) e as agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação publicam editais que priorizam as chamadas ciências naturais, criadoras de tecnologias, invenções e inovações materiais, em desprezo às humanidades, com o propósito de obter vantagens competitivas no mundo da produção de mercadorias (Azevedo; Oliveira; Catani, 2016, p. 786).

A epígrafe anuncia e também denuncia um dos desafios emergentes que a sociedade brasileira precisa enfrentar no campo acadêmico, da pesquisa e da inovação quando o mundo da produção passa a ditar as regras do poder. No contexto neoliberal de produção, a universidade tem sido incentivada a priorizar pesquisas aplicadas, funcionais e alinhadas as demandas produtivas. Tal contexto, tem reconfigurado a educação superior e imprimido mudanças na forma de gestão, de organização pedagógica e de financiamento que passam a objetivar a instauração de modelos pedagógicos-administrativos aderentes aos modelos gerenciais-empresariais. No campo da pós-graduação, esse direcionamento visa atender às exigências de desenvolvimento tecnológico e produtividade científica, transformando a ciência em força produtiva e instrumento de competitividade econômica. Conforme apontam os escritos de Santos (2010), Almeida e Batistela (2011) e Chauí (2001), tal orientação coloca em questão o propósito da universidade como um espaço para a busca desinteressada pela verdade, característica do modelo clássico do século XIX, em que a produção de conhecimento era vista como uma atividade autônoma voltada para o avanço do saber.

A adoção de políticas neoliberais impactou as estruturas de pesquisa universitária, gerando tensões entre teoria e prática e exigindo que as universidades passassem a se adaptar às demandas do mercado, concentrando seus esforços no campo da pesquisa para a obtenção de financiamentos públicos-privados. Essa configuração permitiu que empresas e centros de pesquisa independentes assumissem protagonismo no desenvolvimento tecnológico, rivalizando com as universidades. Nesse contexto, a universidade passa a redefinir seu perfil e a priorizar áreas que promovam a economia e atendam às demandas empresariais, transformando o papel da pesquisa universitária no cenário contemporâneo (Almeida; Batistela, 2011). Neste cenário, conforme ressalta Zabalza (2004) e reforçam Fávero e Ody (2015), a universidade deixa de ser um bem cultural e torna-se um bem econômico, prestadora de serviço que deve preparar seus clientes para competir no mercado de trabalho. Em outros termos, conforme denunciam em estudo recente Trevisol; Fávero e Mikoliczik (2024, p.1) “a universidade tornou-se uma mercadoria incorporada à racionalidade neoliberal baseada na maximização do lucro, da concorrência e da competitividade, o que compromete sua missão histórica em promover o conhecimento”.

A apresentação, ainda que breve, do contexto da universidade frente ao neoliberalismo nos auxilia para entender criticamente a situação da pós-graduação no Brasil, suas dinâmicas, contradições, desafios e limitações. Neste sentido, além de formação de mestres e doutores no Brasil, o Sistema de Pós-Graduação (SNPG), integrado por programas de pós-graduação, avaliados e reconhecidos pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem sido responsável, em grande medida, pela produção do conhecimento científico (Oliveira, 2015). O nascimento da CAPES foi um marco para o desenvolvimento da Pós-Graduação. Para Coury (2014, p. 38), “embora a CAPES tenha nascido como uma campanha voltada para o aperfeiçoamento dos docentes universitários, logo sua atuação seria ampliada para atender às demandas de qualificação de diferentes seguimentos da sociedade. Conforme Bianchetti (2009, p. 38):

[...] formalmente, a CAPES foi criada no ano de 1951, no bojo de uma política de governo por meio da qual, juntamente com os órgãos de avaliação, acompanhamento e financiamento, se buscava, via criação de cursos de pós-graduação, estímulo à organização e ao desenvolvimento de projetos, indução a pesquisa, contribuições para melhorar a posição do país no cenário mundial.

As constatações de Bianchetti (2009) reafirma a importância da CAPES como órgão de Estado considerado fundamental para a institucionalização do Sistema Nacional de Pós-Graduação e, atualmente, essencial para o acompanhamento e avaliação dos programas de pós-graduação. Notadamente, o Sistema Nacional de Pós-Graduação, articuladas com os objetivos da CAPES tem se mantido historicamente como um dos principais vetores mobilizadores de pesquisa, da inovação e do progresso científico nas mais diversas áreas.

É neste contexto, que os Planos Nacionais de Pós-graduação são elaborados com o objetivo de produzir metas que possam consolidar e expandir a Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil. Geralmente, os PNPG são aprovados periodicamente por tempo de 10 anos, no entanto, essa regra nem sempre é cumprida, haja vista que temos planos que vigoraram por menos de 10 anos e, em alguns momentos o país não tinha nenhum plano em vigor como é possível observar a lacuna do PNPG entre 2022 e 2024. Essa condição indignante nos provoca a lançar uma nota: como é possível que uma nação possa produzir ciência de alto impacto e desenvolvimento social por meios da pesquisa se, por questões políticas, torna-se incapaz de manter a periodicidade de políticas indutoras da ciência e da pós-graduação na formação de mestres e doutores? Vejamos que esse espaço temporal gerou uma lacuna sem diretrizes gerais, pois o PNPG deveria ter sido discutido antes da finalização do PNPG (2010-2024) para que não houvesse descontinuidade. Embora para muitos pesquisadores da área, essa lacuna tem um ponto positivo, afinal permitiu que a nova gestão da CAPES iniciada com o Governo Lula tenha condições de construir um PNPG aderente aos desafios que pós-graduação brasileira precisa enfrentar.

O panorama básico apresentado até o momento, nos serve como substrato para a formulação do problema investigativo sintetizado na seguinte pergunta: quais os desafios, emergências e limitações estão expostas no PNPG (2024-2028)? O objetivo é analisar os desafios, as emergências e as limitações apresentados (PNPG 2024-2028) em relação ao desenvolvimento e consolidação da pós-graduação no Brasil, com foco em sua função estratégica de promover a pesquisa, a ciência e a inovação para o desenvolvimento nacional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa (Flink, 2009), com objetivo exploratório (Triviños, 1987), bibliográfica (Flink, 2009; Fávero et al., 2023), documental (Marconi; Lakatos, 2010; Fávero; Centenaro, 2019; Centenaro; Bukowski; Pereira, 2023), com análise fundamentada na metodologia histórico-crítica (Lesnieski; Trevisol; Silva, 2024). A análise documental terá como foco o conteúdo do Novo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2024-2028), visando identificar os desafios, emergências e limitações. O artigo é organizado em três partes, na primeira, serão abordados os PNPG que antecedem o PNPG (2024-2028) com o objeto de historicizar a materialidade, as contradições e as intencionalidades que moveram a elaboração e implementação de cada um dos planos. Na segunda parte, apresentamos as tendências da pós-graduação a partir dos dados quantitativos e qualitativos disponibilizados pela CAPES por intermédio da Plataforma Sucupira. Por fim, na terceira parte, nos deteremos à análise mais profunda do PNPG (2024-2028) a partir das categorias analíticas, na intenção de apresentar e sistematizar as tendências, desafios, emergências e limitações relativas ao PGNP (2024-2028) que estará em vigor até o ano de 2028.

OS (DES)CAMINHOS DOS PLANOS NACIONAIS DE PÓS-GRADUAÇÃO QUE ANTECEDEM O PNPG (2024-2028)

O prefixo (des)caminho é empregado com a intencionalidade de apontar linguisticamente o objetivo do texto que pretende reconstruir a trajetória dos PNPG que antecedem o PNPG (2024-2028) na perspectiva dialética, crítica e contextualizada, apontando os desequilíbrios e os desvios relativos à pós-graduação que foram tomados ao longo da história na educação brasileira. Inicialmente, consideramos necessário apresentar a CAPES como indutora do Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil, que visa, como missão, em seu nascimento, institucionalizar a pós-graduação como o meio, por excelência, de transformação e de modernização da universidade brasileira. Nesse contexto de criação, para Bianchetti (2009), a pós-graduação assumiu como lócus, a formação de professores e o desenvolvimento da pesquisa. Assim, de acordo com o autor (Bianchetti, 2009, p. 40):

[...] a CAPES afirma-se como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior a partir de 1964. E daí por diante, por muitos anos, o paradigma de atuação predominante continuou sendo o da formação de quadros para as universidades. Do início dos anos de 1990 para cá, modifica-se o paradigma predominante e passa-se a buscar a formação de pesquisadores.

O apontamento do autor, nos permite, compreender que ao longo de sua trajetória a CAPES assumiu diferentes estágios com objetivos complementares. O primeiro estágio, que compõem o período de 1964 até os anos de 1990, objetivava a formação de professores para compor os quadros docentes nas universidades. O segundo estágio marcado entre os anos de 1990 até 2010, tinha como principal objetivo a formação de pesquisadores como condicionante essencial para o progresso e desenvolvimento do país. O terceiro estágio, entre os anos de 2010 e 2024, além de manter os objetivos anteriores, buscava tornar a pesquisa no Brasil de ponta, internacionalizada e interligada com as demandas sociais, sobretudo, àquelas decorrentes da tríple hélice de desenvolvimento “Universidade, sociedade e empresas”. Esse período é marcado por contradições iminentes, se por um lado, o PNPG (2010-2020) proclama um otimismo com as possibilidades de crescimento do país que se avizinham com a descoberta do pré-sal, por outro lado, os anos subsequentes de 2016 a 2020 ocorreram cortes em financiamento de bolsas de pesquisa ou mesmo o cerceamento de recurso para algumas áreas, como por exemplo as ligadas as humanidades. Nesta fase, a CAPES induz um modelo de pesquisa marcada pelo funcionalismo/economicista, pela busca de resultados “práticos” ligados ao modo de produção da acumulação flexível.

Para Santos (2010), o ensino superior e pós-graduação *stricto sensu* são forçados a adotar práticas e exigências do mundo dos negócios e orientar sua estrutura institucional para o desenvolvimento tecnológico, para a ampliação da ciência como força produtiva que gere ganhos econômicos/aplicados e que se insira na competitividade internacional das economias com vista a ganhos de produtividade. Segundo Bechi, Bilibio e Trevisol (2022) o *ethos* organizador do ensino e da pesquisa orienta-se pelo produtivismo, economicismo, rapidez, enxugamento e flexibilidade, o que naturalmente, em seu curso, pressiona o ensino superior para descartar, eliminar e excluir tudo aquilo que possa comprometer sua eficácia e dinamismo para o mundo da competitividade global.

Paralelamente a esse fato, Bianchetti (2009), aponta outros elementos críticos relativos a CAPES. As críticas não se constituem como um elemento anulador da CAPES, ao contrário, é reconhecido os méritos da instituição como promotora de um projeto de pós-graduação para a nação.

No entanto, segundo o autor, em nome da busca pela excelência, a Capes consegue impor um modelo de avaliação que permite pouco espaço para a heterogeneidade que se constitui no Brasil, tanto em termos de sua relação com outros países, de onde advêm os indicadores de excelência, quanto da sua própria relação interna entre programas e, particularmente, entre áreas. A margem de manobra dos programas e das áreas é muito pequena. Fazer parte do sistema garante legitimidade e propicia financiamento. Em contrapartida, paga-se um preço: submeter-se a um padrão praticamente único de parâmetros uniformes de avaliação e de financiamento da pesquisa.

Neste percurso, os PNPG são uma bússola que orientam o caminho que a pós-graduação e a pesquisa devem trilhar no Brasil, com ênfase, no processo de avaliação, financiamento, valorização de áreas estratégicas, correção das assimetrias, internacionalização e expansão da pós-graduação no território brasileiro. Os planos são, por um lado, uma “radiografia” da pós-graduação brasileira (aponta suas limitações, lacunas e desafios) e, por outro lado, assume o compromisso com indicação de metas consideradas essenciais para o desenvolvimento científico do país. É neste interim que são elaborados os sete PNPG. No quadro 1, sintetizamos os objetivos de cada um dos planos.

Quadro 1- PNPGs, contexto e objetivos

PNPGs	Contexto e objetivos
PNPG (1975-1979)	O principal objetivo introduzir o princípio do planejamento estatal nas atividades da pós-graduação, com o objetivo de formar especialistas, docentes, pesquisadores e quadros técnicos para o sistema universitário, para o setor público e para o segmento industrial. Principais diretrizes: a) institucionalizar o sistema, consolidando-o com atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe financiamento estável; b) elevar os atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos; c) planejar a sua expansão, tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre as áreas e regiões.
PNPG (1982-1985)	Manteve a ênfase do Plano anterior, acrescentando o crivo da qualidade das atividades de pós-graduação. Para garantir a qualidade ressalta três categorias: o mercado, a comunidade científica e as instituições governamentais. Além das três categorias, a avaliação do sistema é outro componente considerado primordial para a qualificação da pós-graduação.
PNPG (1986-1989)	Enfatiza o papel da pós-graduação no desenvolvimento nacional. Dentre eles, destaca-se a interconectividade da pós-graduação, ciência e tecnologia com o setor produtivo. O ideário do III PNPG (BRASIL, 1986), é promover o desenvolvimento do país a partir de áreas estratégicas que seriam fomentadas pela pesquisa na pós-graduação. Os objetivos do terceiro plano nacional são sintetizados em: 1) consolidação e melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação; 2) institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação; 3) integração da pós-graduação ao setor produtivo
PNPG (2005-2010)	Enfatiza a expansão do sistema de pós-graduação, a melhoria do seu desempenho, a necessidade de financiamento para a sua sustentabilidade, a diversificação do modelo de pós-graduação, a cooperação internacional, a formação de recursos humanos no exterior e, finalmente, uma avaliação baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados da comunidade acadêmica e empresarial e na sociedade. A tríade universidade, pós-graduação e empresa é um dos eixos organizadores das metas e diretrizes para o Sistema Nacional de Pós-graduação no período que compreende 2005 a 2010
PNPG (2011-2020)	O PNPG (2011-2020) possui cinco eixos norteadores: 1) a expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias; 2) a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua redução das assimetrias; 3) o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de CT&I; 4) a multi e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; 5) o apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio. São considerados prioridades: i) combate às assimetrias; ii) criação da agenda nacional de pesquisa. Essa agenda de pesquisa deve ser organizada em torno de temas, de acordo com a relevância de pesquisa para o cenário nacional e internacional; iii) consolidação de programa de mestrado e doutorado inter e multidisciplinares.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Como podemos observar, o atendimento as condições expressas no PNPG (BRASIL, 2010) induzem à elaboração de instrumentos regulatórios de avaliação e de financiamento dos programas de pós-graduação baseados na produtividade quantitativa. Nesse sentido, Trevisol, Fávero e Almeida (2019) consideram que os critérios quantitativos de avaliação, sobretudo de publicações, papers, dissertações, teses e livros, passaram a ser objetivos perseguidos pelos programas, visto que o número de publicações (Qualis) é um dos critérios centrais para o recebimento de aportes financeiros para os programas. A corrida por publicações nem sempre é acompanhada de qualidade e relevância social para as regiões de atuação dos programas de pós-graduação.

Analisando esse contexto, Ivashita e Vieira (2017) argumentam que essas questões impelem a pensar os programas de pós-graduação, em específico sua necessidade de produção acadêmica. Segundo os autores, existe uma relação confusa entre a CAPES e os programas de pós-graduação. A CAPES, sendo responsável pelo financiamento, também avalia o desempenho dos programas a partir de sua produtividade. Desse modo, para que os programas recebam financiamento, precisam ter uma boa avaliação. A relação entre financiamento e avaliação coloca os programas em constante ritmo “frenético” de produção para atingir as metas propostas pela CAPES. Bianchetti (2006, p. 177) já alertava para essa questão ao afirmar que a lógica da CAPES “pode ser sistematizada predominantemente numa palavra mágica: ‘prazos’. O todo sucumbe às partes”. Ainda segundo os autores, a avaliação se torna punitiva, pois, somente seriam beneficiários de financiamento vultuosos aqueles programas que possuem uma pontuação invejável. A dualidade entre qualidade versus quantidade das publicações, se apresenta como um gargalo e uma fragilidade no PNPG (2011-2020) (Ivashita; Vieira, 2017).

Durante a vigência do PNPG (2011-2020), a CAPES elaborou relatórios com a finalidade de avaliar as metas e os caminhos percorridos. Dentre os desafios percebidos, Trevisol, Fávero e Almeida (2019), destacam a necessidade de um monitoramento mais eficaz e a implementação de critérios de avaliação mais flexíveis e adequados às diferentes realidades regionais. A inserção de indicadores que se aproximam da pesquisa das demandas sociais e empresariais é um ponto chave. Outro desafio importante é a internacionalização, que ainda depende de programas de governo descontínuos, além da necessidade de consolidar um sistema contínuo de bolsas e cooperações com centros internacionais de excelência. A CAPES também aponta para a importância de fortalecer a autoavaliação institucional e a criação de modelos que reflitam o impacto social e econômico das pesquisas realizadas, desvios reduzidos.

Com a definição da agenda de pesquisa, novos atores foram introduzidos, sobretudo a participação de empresas como agentes de financiamento da pesquisa. Conforme destacam Barreto e Domingues (2012, p. 50), “o modelo da tríplice hélice, ao instalar a parceria universidade/governo/empresa ou outras instituições da sociedade”, favorece uma nova perspectiva de organização de agenda de pesquisa na pós-graduação. Para Azevedo, Oliveira e Catani (2016), essa proposta de Agenda Nacional de Pesquisa, baseada nos conceitos de concorrência e de inovação e tecnologia materiais, em despreço às Humanidades, tem o propósito de obter vantagens competitivas no mundo da produção de mercadorias. As áreas de pesquisa vinculadas à inovação e tecnologia, como a agricultura ou a infraestrutura, ganham destaque no plano, e, paralelamente, as humanidades são minimizadas.

Além disso, o documento final de 2018 propõe, de acordo com Trevisol, Fávero e Almeida (2019), uma revisão do modelo de avaliação, apontando um enfoque multidimensional que considera a diversidade dos contextos e vocações dos programas de pós-graduação (PPGs), com eixos como

formação de recursos humanos, inovação, e relevância socioeconômico. A necessidade de equilibrar critérios qualitativos e quantitativos, aprimorar o sistema Qualis, e integrar áreas afins de forma interdisciplinar são destacadas. A vinculação da avaliação ao impacto no desenvolvimento econômico e social, bem como a necessidade de aprimoramento do acompanhamento dos egressos e do impacto das pesquisas na atração de investimentos, são outros pontos relevantes para elevar os padrões da ciência brasileira.

Por fim, o relatório (2020), intitulado “Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o quadriênio 2021 – 2024, Modelo Multidimensional”, destaca a continuidade das diretrizes estabelecidas nos PNPG (2011-2020), mas também sugere mudanças no processo de avaliação para o novo período. Apesar dos avanços da pós-graduação brasileira, como o crescimento dos programas de mestrado e doutorado e a visibilidade internacional, o relatório identifica desafios, como a escassez de doutores por habitante em comparação com países da OCDE e a necessidade de maior impacto internacional das pesquisas. Segundo Neto, Trevisol e Almeida (2021), para aprimorar o sistema de avaliação, o relatório propõe o “Modelo Multidimensional”, que busca superar as limitações do modelo único, rígido e uniforme, inadequado para refletir as particularidades dos diferentes programas. As cinco dimensões que compõem esse novo modelo de avaliação incluem: formação de pessoal, pesquisa, inovação e transferência de conhecimento, impacto na sociedade e internacionalização. A implementação gradual dessas mudanças visa adequar o processo avaliativo às especificidades dos programas e melhorar a qualidade da pós-graduação.

Além disso, o relatório enfatiza a importância da adoção de métricas internacionais reconhecidas pela comunidade acadêmica em substituição ao sistema Qualis. Propõe-se a participação de membros externos na avaliação de impacto social e a exigência de planejamento institucional nas ICTs. Essas reformas, alinhadas ao Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, visam fortalecer a integração entre academia e setor empresarial, além de elevar a competitividade brasileira no cenário global.

REALIDADE E TENDÊNCIAS DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

O histórico dos Planos Nacionais de Pós-Graduação apresentado anteriormente, evidenciam a jovialidade da pós-graduação *stricto sensu* brasileira. No curto espaço de aproximadamente sete décadas, o país estruturou um Sistema Nacional de Pós-Graduação. Ainda que seja considerada jovem é reconhecido o progresso nas poucas décadas, não é possível deixar de considerar que a pós-graduação no Brasil reproduz as mesmas modelagens típicas do ensino superior, tais como, dificuldades de fontes de financiamento, concentração em grades centros, definição de sistema de avaliação de qualidade, lacunas na formação de mestres e doutores, falta de políticas consistentes de incentivo e indução para a pesquisa e políticas deficitária de acesso e permanência dos estudantes nos cursos de mestrado e doutorado.

A meta 14 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece o objetivo de aumentar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, visando alcançar a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores até o final da vigência do plano. No entanto, a meta tem apresentado uma tendência de redução no número de titulados, caindo de 70.071 mestres em 2019, para 59.374 em 2022 (Inep, 2025w). No caso da formação de doutores, os dados indicam que o ápice de

número de titulados mestres e doutores ocorreu no ano de 2019 com 24.432 doutores. Em 2020 houve uma queda para 20.007 doutores, com uma recuperação gradual nos anos seguintes, mas sem chegar aos valores de 2019.

É provável que uma das variáveis que justifica esses dados estejam atrela ao período pandêmico, mas não é possível descartar que outras variáveis, sobretudo ligadas as políticas alteridade contra a pós-graduação tomadas pelos governos Temer e Bolsonaro tenham contribuído decisivamente para esses dados.

Os cortes orçamentários, a redução de bolsas de pesquisa e constante perseguição aos Programas de Pós-Graduação e a ridicularização da ciência, culminaram em retrocesso e colocaram em risco iminente a produção de conhecimento especializado no Brasil. O contexto histórico e material reproduziu uma aliança perversa entre conservadorismo social e idealismo liberal que comprometeu a pesquisa, especialmente, pelo fato que a pós-graduação no Brasil ser realizada prioritariamente nas universidades públicas. Tentativas de privatização, implementação de formatos de gerencialismo, pressão por práticas economicistas culminaram na proposta lançada pelo Ministro da Educação Abraham Weintraub chamada “Programa Future-se” que na prática delega as instituições de educação a busca por financiamentos para os programas e departamentos na parceria com a iniciativa privada.

O cumprimento da Meta 14 do PNE (2014-2025), está ligada, a saber: a) Expansão do financiamento: Ampliar o suporte financeiro à pós-graduação por meio de agências oficiais de fomento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); b) Aumento da oferta de cursos: Incentivar a criação de novos programas de mestrado e doutorado, especialmente em regiões com menor oferta, promovendo a descentralização e a equidade no acesso à pós-graduação; c) Parcerias e redes: Estimular a formação de consórcios e redes de instituições de ensino superior para compartilhar recursos e expertise, fortalecendo a qualidade dos programas oferecidos; d) Formação de docentes: Promover a qualificação do corpo docente, aumentando a proporção de mestres e doutores nas instituições de ensino superior, conforme estabelecido na Meta 13 do PNE (2014-2025).

De imediato os dados relativos à Meta 14 do PNE (2024-2025), nos dão o cenário e as tendências da pós-graduação, mas também reafirmam gargalos e desafios históricos (já presentes nos PNPGs anteriores) que precisam ser enfrentados e solucionados. Dentre eles, o financiamento insuficiente, decorrente de política austeridade que têm impactado negativamente, dificultando o avanço da ciência e a expansão necessária para atingir as metas estabelecida. Lamentavelmente, o Governo do Presidente Bolsonaro comprometeu o avanço da ciência e consolidou um retrocesso a patamares similares aos conquistados no país no ano de 2014.

As desigualdades regionais, ainda se apresentam como uma lacuna. Existem disparidades na oferta de programas de pós-graduação entre as diferentes regiões do país, o que requer que sejam implementadas políticas específicas para equilibrar essa distribuição. Outro desafio que se avizinha é a reação entre qualidade versus quantidade. A expansão de matrículas e aberturas de PPG devem ser acompanhadas de uma avaliação que garanta a qualidade e estanque a lógica perversa de massificação promovida pelo mercado. Por fim, é importante considerar um desafio relativo a bolsas de pesquisa. É necessária ampliação do número de bolsas de pesquisa, o aumento do valor da bolsa e elaborar políticas que elevem o otimismo para os jovens trilharem uma carreira de pesquisadores. Em outras palavras, os

jovens pesquisadores precisam ser valorizados que permita deslumbrar uma carreira como pesquisadores sustentável e segura.

Com relação a expansão da Pós-Graduação, o PNPG (2024-2028) apresenta que passamos de 23 municípios com PPGs em 1970 para 324 municípios com PPGs em 2023. De acordo com os dados do PNPG (2024-2028), em 2022, 497 instituições, entre Instituições de Ensino Superior (IES) e institutos de pesquisa, ofertaram 4.777 programas de pós-graduação, alcançando as 27 Unidades da Federação. Esse retrato é resultado de um processo contínuo de expansão da pós-graduação ao longo dos últimos setenta anos, especialmente acelerado nas últimas duas décadas. Esse dado é confirmado pela plataforma sucupira (2024) que retrata a evolução da oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu como sinalizado na Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução da oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu por modalidade, Brasil, 2013-2022

Nível/Modalidade	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Tx. Crescimento 2013 - 2022
Mestrado acadêmico	3.026	3.153	3.266	3.405	3.511	3.515	3.663	3.638	3.806	3.789	25%
Mestrado profissional	487	554	616	705	754	764	826	841	905	895	84%
Doutorado acadêmico	2.105	2.120	2.151	2.182	2.226	2.278	2.410	2.434	2.504	2.503	19%
Doutorado profissional					1	2	25	43	56	59	5800%
Total	5.618	5.827	6.033	6.292	6.492	6.559	6.924	6.956	7.271	7.246	29%

Fonte: Plataforma Sucupira (2024).

É importante considerar que ao longo de uma década todos os níveis e modalidades de oferta apresentaram crescimento positivo, com especial destaque para o mestrado profissional e doutorado profissional que apresentam um crescimento considerável. A meta de expansão da oferta de cursos e modalidades está prevista nos PNPG e, por isso, uma lacuna e um desafio que historicamente precisa ser enfrentado. No entanto, uma análise mais crítica nos coloca frente a alguns pontos inquietantes; a) se apresenta uma clara tendência de crescimento da oferta de mestrados e doutorados profissionais com um viés mais flexível, adaptável, pragmático e mais aderentes à relação universidade e demandas econômicas. O caráter aplicado e funcionais da pesquisa passam a ser a força motriz dos novos programas de pós-doutorado; b) embora os dados apresentem um “ar” positivo de crescimento não é possível negligenciar que o crescimento deve ser acompanhado de políticas indutoras que permitam a manutenção e continuidade dos programas. A crença que a sociedade civil financiará as pesquisas em nível mestrado e doutorado é uma ilusão enganadora e maquiavelicamente intencional para retirar o Estado dos compromissos com a promoção da pesquisa. Tal questão, coloca em ameaça constante certas áreas de saber, sejam pela ameaça de descontinuidade ou a redução de recursos.

De acordo com a Plataforma Sucupira (2024), dos 7.246 cursos ofertados em 2022, 6.916 estavam em funcionamento, 285 cursos estavam em desativação e 45 foram desativados naquele ano. Isso demonstra que para além da expansão é importante considerar políticas públicas que assegurem qualidade e continuidade dos PPGs. De acordo com o PNPG (2024-2028), o crescimento no número de PPGs ofertados decorrem da ampliação de programas de pós-graduação ofertados em rede. Os programas de pós-graduação em rede, denominados pela Portaria CAPES nº 214/20173 como programas de pós-graduação stricto sensu em formas associativas, são aqueles que se caracterizam pela

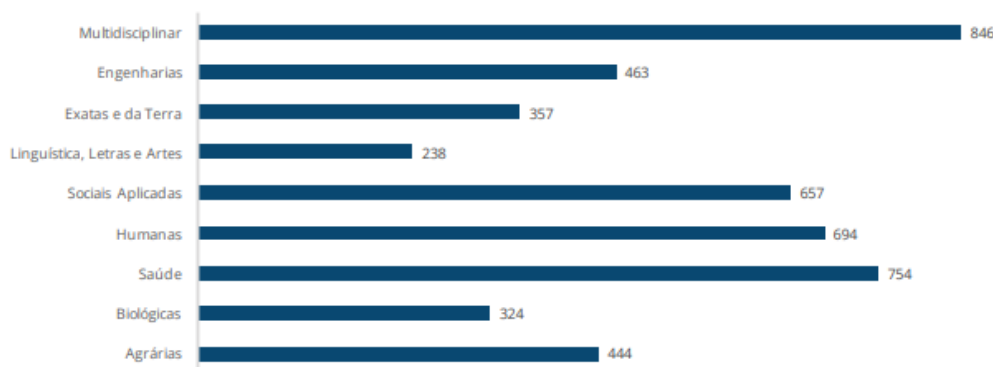
oferta conjunta de duas ou mais instituições, públicas ou privadas, que de modo articulado e oficializado criam e mantem um programa de mestrado e/ou doutorado com responsabilidade definida e compartilhada entre as associadas. O PNPG (2020-2020) assinalava como uma meta para a expansão da pós-graduação no Brasil a oferta de programa em rede. Entre os objetivos dessa modalidade de oferta estão: 1) consolidar e expandir as áreas do conhecimento; 2) reduzir as simetrias territoriais; 3) viabilizar programas em formação por meio das parcerias com programa consolidados.

Com relação a nota dos PPGs, de acordo com a Plataforma Sucupira (2024), 37% possuem nota 4, 0,3% possuem nota 1, 0,6% possuem nota 2, 21/% possuem nota 3, 22% possuem nota 5, 9% possuem nota 6, 5% possuem nota 7 além de 6% com conceito A que significa PPGs que foram criados recentemente e, portanto, não passaram pela primeira avaliação quadrienal. A supremacia dos programas nota 4 e 5 evidencia as dificuldades para os programas de manter produção de conhecimento de alto impacto, excelência do corpo docente, desenvolvimento da internacionalização, qualidade e inserção dos egressos, impacto e sustentabilidade.

No entanto, essas dificuldades não podem recair apenas sob os programas, haja visto, que essas dificuldades são decorrência de fatores externos, como, interferências políticas, poucas bolsas de pesquisa, dificuldades no acesso à editais de pesquisa, dificuldades de planejamento estratégico institucional e nacional, desvalorização da carreira de pesquisador, aspectos geográficos, concorrência com programa de pós-graduação já consolidados e dificuldades de atingir os critérios avaliativos empregados pela CAPES (especialmente pelo emprego do método comparativo entre os programas e as constantes mudanças nos critérios de avaliação). A inconstância da CAPES na definição dos caminhos da pós-graduação no Brasil em médio e longo prazo é um fator que dificulta que os PPGs possam elaborar e implementar um planejamento estratégico que permita ser consolidado para além da quadrienal.

Com relação a distribuição dos PPGs por Unidade administrativa, a Plataforma Sucupira (2024) aponta que, 59% estão na rede federal, 22% na rede estadual, 1% na rede, municipal e 18% na rede particular (considerando esse valor para universidade com e sem fins lucrativos). Majoritariamente os Programas e Pós-graduação estão concentrados na rede pública, o que difere frontalmente com a graduação, quando mais de 70% da oferta da educação superior está concentrada na rede privada. Vejamos que a pós-graduação é um projeto essencialmente público, o que mostra, que a iniciativas privada não possui intencionalidade de investigar no campo da pós-graduação em virtude de ser pouco atraente financeiramente. Dentro desta configuração, o gráfico 1 apresenta a distribuição dos programas dentro das grandes áreas de concentração.

Gráfico 1 – Distribuição dos PPGs nas grandes áreas de concentração

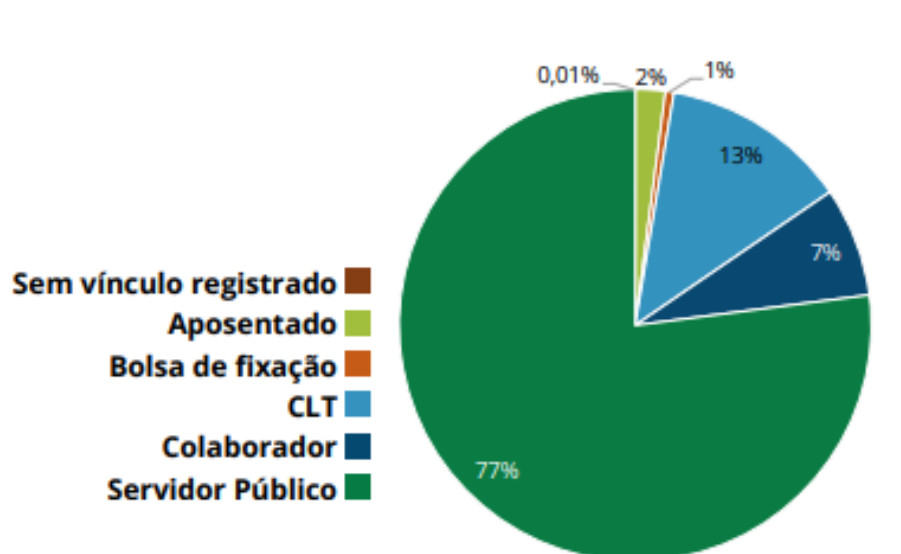


Fonte: Plataforma Sucupira (2024)

A oferta de PPGs na grande área multidisciplinar responde as metas colocadas pelo PNPG (2010-2020). Ainda é possível extrair que os dados apontam para a meta 13 e 14 do PNE (2014-2025) que requer o aumento da qualidade mestre e doutores atuando na educação superior. A quantidade expressiva de programas nas áreas multidisciplinares, saúde e humanas indica que essas áreas podem contribuir para atingir essa meta, já que possuem mais oportunidades de formação avançada. Por fim, a concentração de cursos nas áreas de saúde, humanas e multidisciplinar indica que os próximos PNPG (2024-2028) e mesmo o PNE (2010-2025) devem focar em estratégias e metas que permitam equilibrar o crescimento das áreas menos representadas, como letras e biológicas.

Outro fator importante para a pós-graduação se relaciona com o corpo docente. De acordo com a Plataforma Sucupira (2024), em 2022, o total de docentes atuando na pós-graduação brasileira era de 84.494 profissionais, tendo sido registrado 109.548 vínculos de trabalho com as instituições, uma vez que um mesmo docente pode atuar em mais de um programa de pós-graduação acumulando mais de um vínculo de trabalho. No gráfico 2 apresentamos os vínculos dos docentes com as instituições.

Gráfico 2- Distribuição do corpo docente por tipo de vínculo de trabalho junto à IES – 2022

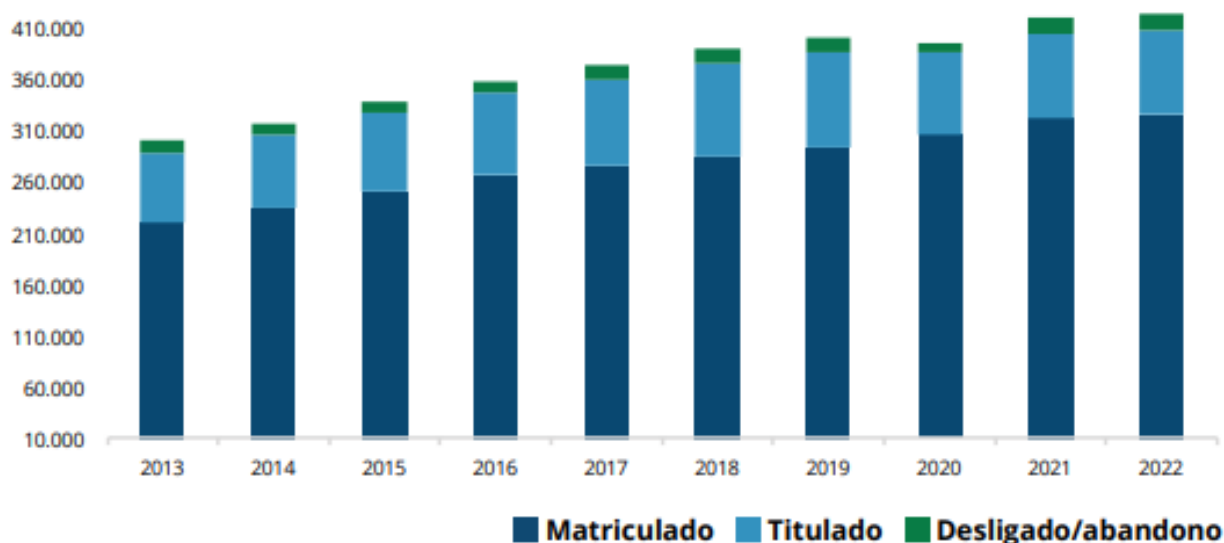


Fonte: Plataforma Sucupira (2024)

Os dados apresentados reafirmam que majoritariamente a pós-graduação e, portanto, a pesquisa no Brasil está predominantemente concentrada nas instituições públicas. Uma fatia de 13% possui vínculos de trabalho por meio da CLT e 7% são colaboradores. Neste interim, segundo a Plataforma Sucupira (2024), 83% são permanentes (90.651), colaboradores representam 16% (17.429) e 1% são docentes visitantes (1.468).

Com relação ao corpo discente, o SNPG apresenta um crescimento constante. O gráfico abaixo sintetiza os dados nos últimos 10 anos.

Gráfico 3 - Evolução do corpo discente da pós-graduação entre 2013 e 2022.



Fonte: Plataforma Sucupira (2024)

De acordo com o PNPG (2024-2028), No período de 2013 a 2022, nota-se um crescimento constante de alunos matriculados na pós-graduação (cursos de mestrado e doutorado), com uma taxa média de crescimento de 48%. Os titulados também crescem constantemente, com uma taxa de 21% no período, à exceção de uma pequena variação negativa no ano de 2020 (primeiro ano da pandemia por Covid-19). Os registros de desligamento e abandono também seguem a uma taxa constante no período, com semelhante variação negativa em 2020, mas mantendo uma média de 4% do total do alunado, em cada ano de referência. Deste total, 76,7 % estão matriculados, 19,4% estão titulados, 3,8% desligados/abandonados e 0,1% mudaram de nível (Plataforma Sucupira, 2024).

Outro critério importante para pós-graduação no Brasil e presente como meta no PNPG (2010-2024) se relaciona a presença de graduandos na pós-graduação. Essa menção é particularmente importante, uma vez que a iniciação à pesquisa compõe umas das bases do tripé universitário ensino-pesquisa-extensão e permite a atração e introdução de graduandos nas atividades científicas. De acordo com o PNPG (2024-2028), em 2022, foi registrada a participação de 54.242 graduandos em 66.264 projetos da pós-graduação. A participação se deu amplamente em projetos de pesquisa (86%), seguida pela participação em projetos de extensão (9%) e as demais participações, bem menos expressivas, divididas entre projetos de inovação (2%), projetos interinstitucionais (2%) e outros (1%).

Por fim, cabe ainda considerar os dados relativos ao pós-doutorado enquanto formação continuada para o corpo docente. A presença de pesquisadores em nível de pós-doutorado é fundamental para as investigações desenvolvidas nos programas de pós-graduação e para o aprimoramento no processo formativo de mestrands e doutorands. De acordo com o PNPG (2024-2028), em 2022, 18.714 pesquisadores em pós-doutorado estavam vinculados aos programas de pós-graduação. Desse total, 54% atuavam em instituições públicas federais, 36% nas públicas estaduais e 10% em particulares. No entanto, ainda persistem lacunas para essa formação continuada, especialmente relacionadas a bolsas de pesquisa e estágios de pós-doutorado com afastamento das atividades laborais.

REALIDADE E TENDÊNCIAS DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

A partir do diagnóstico apontado anteriormente, partiremos para o desafio de analisar criticamente a partir do PNPG (2024-2028) os desafios e tendência para a pós-graduação no Brasil. A partir das seguintes categorias: desafios emergentes para a pós-graduação, objetivos e missão da pós-graduação e eixos de atuação.

Desafios emergentes para a pós-graduação do PNPG (2024-2028)

Para facilitar a análise os dados foram compilados no quadro abaixo. Seleccionamos os desafios e na sequência descrevemos os principais implicadores que dificultam a superação dessas lacunas na pós-graduação.

Quadro 2 – Desafios para a pós-graduação apresentado para PNPG (2024-2028)

Desafios	Descrição
Elevar o percentual de mestres e doutores na população	Saturação de alguns programas de pós-graduação, desigual distribuição do acesso à pós-graduação entre as regiões do País, processos seletivos orientados para perfis muito específicos, inadequação do perfil do candidato ao programa, baixa atratividade da oferta e da carreira científica, taxas mais elevadas de evasão, e aspectos sociodemográficos dos estudantes. As elevadas exigências dos processos seletivos, por exemplo, somam-se à baixa atratividade como um dos elementos que produzem a ociosidade de vagas na pós-graduação. A Plataforma Sucupira registrou, no ano de 2020, 21% de vagas ociosas no mestrado e 25% no doutorado. Esses são alguns indicativos que justificam as dificuldades de elevar o número de mestres e doutores.
Garantir condições adequadas no acesso, permanência e conclusão na pós-graduação	Os principais motivos estão relacionados, em âmbito pessoal, com preparo adequado de discentes, falta de interesse por pesquisa, questões emocionais e financeiras, relações sociais insatisfatórias com colegas, professores e funcionários, a ausência de programas que contribuam para o enriquecimento curricular, a necessidade de trabalhar ou a dependência de alguém para custear os estudos e a distância de casa, entre outros. Por sua vez, as razões de âmbito acadêmico que se pode destacar são a falta de relação com seus pares, insuficiência ou ausência de supervisão, pressão por produtividade, prazos curtos para realizar a pesquisa e pouca interação com outros pesquisadores. Por fim, é preciso ampliar o número de bolsas, o valor concedido, reajustes anuais de acordo com a inflação, reconhecer direitos e ampliar as políticas de ação afirmativa;
Ampliar a diversidade e a inclusividade na pós-graduação	Há a necessidade de ampliar a efetividade das políticas de ações afirmativas implementadas na pós-graduação, com melhores condições de acesso e ações de apoio à permanência de grupos e indivíduos historicamente marginalizados, para contribuir com o rompimento do ciclo de acúmulo de desigualdade educacional ao longo das gerações
Reduzir as assimetrias de oferta da pós-graduação	A concentração regional produz dificuldades de acesso de potenciais pós-graduandos a cursos de mestrado e doutorado, pela baixa ou inexistente oferta em suas localidades de origem, particularmente nas regiões Norte e Centro-Oeste. A situação é agravada quando observamos a distribuição da oferta de programas de pós-graduação sob a perspectiva da qualidade

Ampliar as interações com o mundo do trabalho	A baixa absorção de mestres e doutores na indústria e setor empresarial, e também a baixa atratividade da carreira científica, já haviam sido mapeadas pelos últimos planos nacionais (PNE 2014 – 2024 e PNPG 2011 – 2020), os quais buscaram reverter esse quadro, com estratégias voltadas tanto à ampliação do investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, quanto no incremento da formação de recursos humanos para inovação, passando pela aproximação do setor acadêmico ao empresarial.
Expandir o sistema de pós-graduação com qualidade	Um outro desafio relativo à garantia da qualidade da pós-graduação e de seus processos formativos, é a própria expansão natural e induzida do SNPG sincronizada com adequado investimento de recursos financeiros. Além de garantir a qualidade, o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação fornece subsídios importantes para o desenho de políticas públicas voltadas à pós-graduação, notadamente as de distribuição do fomento. Neste sentido, é necessário para qualidade fortalecer a internacionalização, a pesquisa, a extensão, a inovação e a relação da pós-graduação com a educação básica.

Fonte: PNPG (2024-2028)

Os desafios apresentados são o substrato para a organização do PNPG (2024-2028) que possui como objetivo apresentar as principais metas que o país precisa atingir para promover um modelo de ciência com alto impacto social e como com compromissos na superação das mazelas sociais que historicamente o Brasil esteve mergulhado. É importante destacar, que a CAPES apresenta uma série de desafios que não estão presentes no PNPG (2014-2028). Em destaque semântico, o PNPG (2024-2028), estabelece como um desafio para inclusão, a diversidade, o acesso e permanência, além de uma preocupação com relação entre egresso e o mercado de trabalho.

Esses elementos, são novos quando comparados aos Planos Nacionais de Pós-Graduação anteriores. As políticas de ação afirmativa ganham espaço e relevância, além de estabelecer a importância de fomentar políticas de acesso, permanência e conclusão. Já os desafios de formação de mestres e doutores, reduzir as assimetrias de oferta da pós-graduação e expandir o sistema de pós-graduação com qualidade são desafios presentes nos Planos Nacionais de Pós-Graduação anteriores que ainda persistem no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Com relação aos desafios de expandir o sistema de pós-graduação com qualidade, o PNPG (2024-2028), estabelece como prioridade a internacionalização, a pesquisa, a extensão, a inovação e a relação da pós-graduação com a educação básica. Os elementos de extensão, inovação e relação da pós-graduação com a educação básica são um prelúdio de uma mudança que perpassa a saída de um modelo eminentemente que preconizava a formação para os quadros docentes para a formação de pesquisadores envolvidos com as dinâmicas aplicadas e com especial para a inovação.

Objetivo e missão do PNPG (2024-2028)

O PNPG (2024-2028) estabelece como missão: “Assegurar uma pós-graduação de qualidade, diversa, equitativa, inclusiva e conectada com as necessidades da sociedade (Brasil, 2024, p. 89). Pode-se destacar que a missão apresentada para os próximos anos, acentua a necessidade que o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) invista tempo e recursos para a efetivação das dimensões de inclusão e da diversidade. Esse reconhecimento difere dos PNPG anteriores que se centravam no incentivo do desenvolvimento da pós-graduação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. O reconhecimento da equidade no PNPG (2024-2028) caminha junto com as políticas de ações afirmativas como requisito básico para a justiça social.

Vejam os que a missão imputada pelo PNPG (2024-2028) suaviza o ímpeto pelo desenvolvimento neoliberal de ciência empregado no PNPG (2010-2020) por meio de uma Agenda de Pesquisa ancorada na triple hélice que visa instalar as parceria universidade/governo/empresa ou outras

instituições” favorece a organização de uma agenda de pesquisa na pós-graduação que pode priorizar áreas estratégicas para o campo privado. Em tom de crítica, Azevedo, Oliveira e Catani (2016) entendem que a proposta de uma Agenda Nacional de Pesquisa, que deverá orientar os campos da pós-graduação (pesquisa, avaliação, internacionalização, etc.), está baseada em conceitos de concorrência e de inovação e no desenvolvimento de tecnologias necessárias ao modelo de acumulação flexível para colocar o País em destaque mundial. Ainda de acordo com os autores, essa proposta carrega um despreço às Humanidades, que seriam consideradas desnecessárias no quadro global de competitividade econômica.

Com relação a visão de futuro, o PNPG (2024-2028), prevê “alcançar um Sistema Nacional de Pós-Graduação de excelência, equitativo, inclusivo e sustentável, promovendo formação de qualidade, com diversidade e conectado com as reais necessidades da sociedade (Brasil, 2024, p. 89). Aos menos alguns pontos saltam aos “olhos” dentre eles: i) que a pós-graduação ainda não está alinhada as necessidades reais da sociedade; ii) que é preciso investir na sustentabilidade financeira e acadêmica; iii) a diversidade e a inclusão são reafirmadas para o futuro da pós-graduação. Embora sejam premissas de um futuro espelhado e objetivado, o emprego dos termos, ainda que sejam para uma definição de futuro soam genéricos e abrangentes.

A efetividade desse futuro, depende, dentre outras estratégias, do posicionamento político tomados por governos frente a pesquisa. É essencial que os governos ampliem as bolsas de pesquisa, que invistam mais recursos em editais de pesquisa e que assumam a pesquisa e a ciência como um valor social prioritário para o país. Exemplos recentes, de governos que abertamente discursavam teses negacionistas para a ciência acabavam por produzir na opinião pública um sentimento de despreço do cientista e da própria ciência. A materialidade dessa posição se reverberou na diminuição de bolsas de pesquisas e de investimentos nos setores da pós-graduação. É fundamental, que o SNPG se mobilize para garantir as metas do PNPG (2024-2028) para além das vontades de governos.

Por fim, os conceitos presentes na missão e na visão de futuro são reafirmados nos valores do PNPG (2024-2028) ao prever, “diversidade, equidade, inclusividade, qualidade, colaboração e transparência. Os valores preveem um modelo de pós-graduação mais aberto e plural, pela própria inclusão, como também, um maior reconhecimento das diversas áreas. A proposta é superar os valores restritos da pós-graduação contidos no PNPG (2010-2020) que considerava apenas algumas áreas como estratégicas para o desenvolvimento científico da nação.

Eixo de atuação no PNPG (2024-2028)

A versão preliminar do PNPG (2024-2028) propõe sete eixos. Cada um dos eixos é organizado em diretrizes, objetivos e estratégias que pretendem responder aos desafios da pós-graduação no Brasil. Esses são elementos estratégicos que pretendem vigorar para os próximos cinco anos. De acordo com o PNPG (2024-2028), a diretriz anunciada em cada eixo retrata as mudanças preteridas, ou seja, a diretriz, portanto, norteia os esforços empreendidos em torno daquele eixo de atuação. Cada diretriz é composta por um ou mais objetivos, totalizando 23 objetivos nesta proposta preliminar do PNPG 2024-2028. O conjunto de objetivos deve ser entendido como necessário e suficiente para dar sustentação aos impactos almejados no SNPG. Os objetivos estão detalhados, por sua vez, em estratégias que, em seu conjunto, indicam o caminho (ou seja, o como) para o alcance dos objetivos enunciados. Como título de organização, os eixos serão organizados por meio de uma tabela contendo a diretriz e o

objetivo. Neste momento, não abordaremos as estratégias de forma particular. A abordagem das estratégias será realizada na análise.

Quadro 3: Eixo, diretriz e objetivos do PNPG (2024-2028)

Eixo: Do acesso à conclusão na pós-graduação • Diretriz: SNPG orientado para a ampliação da formação de recursos humanos de alto nível, de forma equitativa e com foco na prospecção e solução dos problemas da sociedade. • Objetivos: (a) Ampliar o percentual de mestres e doutores, garantindo equidade e condições adequadas de acesso, permanência e conclusão; (b) Reforçar a diversidade e a inclusão na pós-graduação (aspectos sociais, étnico-raciais, de gênero, linguísticos e de pessoas com deficiência); (c) Articular a formação pós-graduada às demandas do mundo do trabalho, privilegiando uma sociedade sustentável, diversa e equitativa.
Eixo: Qualidade da pós-graduação e do SNPG • Diretriz: Avaliação orientada para apoiar a formulação de políticas públicas para o SNPG. • Objetivos: (a) Assegurar a melhoria contínua do processo avaliativo, contemplando a heterogeneidade e a inovação; (b) Atualizar o sistema de avaliação para abarcar a dinâmica, a diversidade e a complexidade do SNPG; (c) Tornar o impacto da pós-graduação percebido e valorizado pela sociedade.
Eixo: Educação básica e pós-graduação • Diretriz: Qualidade na educação básica promovida a partir da formação inicial e continuada de professores e da articulação com a pós-graduação. • Objetivos: (a) Incentivar a oferta equitativa de cursos stricto sensu dirigidos aos docentes da educação básica; (b) Ampliar incentivos de acesso e permanência para esses professores; (c) Favorecer oportunidades de formação e intercâmbio internacional para professores; (d) Estimular a articulação entre pós-graduação e o cotidiano das escolas.
Eixo: Pesquisa, extensão e inovação • Diretriz: Pesquisa, extensão e inovação promovidas no âmbito do SNPG para o fortalecimento da formação de recursos humanos de alto nível em consonância com as potencialidades e os desafios nacionais. • Objetivos: (a) Criar um ambiente de pesquisa que abranja processos diversos de produção e compartilhamento de conhecimento; (b) Promover o desenvolvimento de pesquisas voltadas à inovação social, educacional e tecnológica; (c) Estimular a extensão universitária na pós-graduação, aproximando a produção científica da sociedade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.
Eixo: Assimetrias e desenvolvimento • Diretriz: Pós-graduação de qualidade acessível com equidade em todo território nacional • Objetivos: (a) Expandir os programas de pós-graduação a áreas, regiões e localidades historicamente subatendidas; (b) Reduzir assimetrias de qualidade tanto entre quanto dentro das regiões; (c) Incentivar a modalidade de cursos a distância, garantindo qualidade, para interiorizar e equilibrar a oferta do SNPG.
Eixo: Internacionalização • Diretriz: Internacionalização da pós-graduação brasileira orientada para a soberania nacional e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). • Objetivos: (a) Propor políticas baseadas na equidade, sustentabilidade, diversidade e simetria nas parcerias internacionais; (b) Ampliar a presença de pesquisadores estrangeiros no SNPG e tornar o Brasil um polo acadêmico de excelência; (c) Fortalecer a cooperação com instituições estrangeiras em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional.
Eixo: Governança estratégica • Diretriz: SNPG orientado e articulado para a solução dos desafios da sociedade. • Objetivos: (a) Desenvolver uma Política Nacional de Formação de Recursos Humanos de Alto Nível, alinhando processos formativos às realidades profissionais e educacionais; (b) Aperfeiçoar a coleta e a transparência dos dados sobre pós-graduação para embasar a tomada de decisões; (c) Garantir financiamento sustentável, sobretudo público, reforçando a função social da educação;

(d) Fomentar espaços de diálogo com a sociedade, instituições e entes federados acerca das contribuições da pós-graduação para o desenvolvimento do país.

Fonte: elaborado pelos autores a partir do PNPG (2024-2028).

A partir das diretrizes e objetivos, o PNPG (2024-2028), propõe um conjunto de estratégias que podem ser agrupadas nos seguintes indicativos: i) tornar a pós-graduação atrativa, por meio de ações para atração de estudantes da graduação, fortalecimento de políticas de ação afirmativa, incentivos a carreira de pesquisador e organizar espaços acolhedores aos jovens pesquisadores nos programas de pós-graduação; ii) Criação de programas e linhas de pesquisa que ainda não estão contempladas, articulação com empresas e promoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) articuladas com o ecossistema de inovação; iii) desenvolver ações de simplificação da avaliação com ênfase na valorização do planejamento estratégico e a autoavaliação. Aproximar dos PPGs com a educação básica e com as demandas sociais para produzir conhecimento de alto impacto, respeitando-se as três dimensões propostas no processo de avaliação (programa, formação e impacto).

Ainda persiste no PNPG (2024-2028), o desafio com um “ar” de limitação de elevar o número de mestres e doutores sem perder a qualidade ao mesmo tempo garantindo a permanência e a conclusão. Ao mesmo tempo, duas situações se colocam na ordem do dia como desafios. A primeira decorre literalmente da posição estratégica que o governo brasileiro assume a pesquisa/ciência no país. Não é possível elevar o número de mestres e doutores sem investimento e apoio público aos mestrados e doutorados. A instabilidade política/governamental e, os constantes cortes, transmite uma insegurança e inviabilizam a consolidação dos PPGs. A segunda inquietação refere-se à qualidade. É preciso expedir sem perder a qualidade. Isso requer vigilância constante para coibir a abertura de PPGs com vocação mercadológica e com pouca inserção social. Em outras palavras, é preciso democratizar sem massificar os PPGs. Enquanto política pública, a CAPES precisa organizar organicamente e de longo prazo mecanismos de avaliação dos PPGs que deem segurança e estanquem a lógica produtivista. Isso é bastante notável e problemático, visto o novo modelo Qualis enfraquece os periódicos científicos e fortalece um “tipo” de avaliação por citações e acessos dos artigos. Se por um lado escapamos da escravidão do Qualis das revistas agora os pesquisadores se vêm aprisionados aos ditames as citações que serão impulsionadas por redes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo deste texto demonstram que a trajetória recente da pós-graduação no Brasil – em especial a organização do novo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2024-2028) – tem sido marcada por avanços importantes, mas também por desafios persistentes. Se, por um lado, observam-se melhorias quantitativas no número de mestrados e doutorados ofertados, a partir da expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) para múltiplas regiões e áreas do conhecimento, por outro, uma série de limitações permanece, como a dependência orçamentária, a dificuldade de estabelecer políticas continuadas de fomento à pesquisa e a subvalorização de linhas de investigação não alinhadas aos interesses imediatos do mercado.

O contexto atual da pós-graduação no Brasil põe em evidência a busca de novos arranjos para tornar a pós-graduação mais “flexível e moderna”, em resposta tanto às pressões do setor produtivo

quanto à emergência de demandas sociais que pedem inclusão, diversidade e relevância prática. Nesse sentido, o PNPG (2024-2028) inaugura um debate frutífero ao incorporar diretrizes que priorizam a equidade, a inclusão de grupos historicamente sub-representados e a relação direta com a educação básica, propondo uma inflexão em relação aos planos anteriores, muito centrados na promoção de uma agenda tecnológica e economicista. Embora essa guinada aponte para uma formatação mais plural da pesquisa e da inovação, riscos de instrumentalização seguem presentes. É fundamental que tal modernização não signifique a diluição da missão acadêmica crítica nem o esvaziamento das humanidades em prol de enfoques estritamente produtivistas.

A qualidade da formação de mestres e doutores passa, nesse cenário, pela garantia de financiamento adequado e estável, pela implementação de modelos avaliativos menos centrados em métricas puramente quantitativas e pela consolidação de estratégias que assegurem o acesso e a permanência de discentes oriundos de diferentes realidades socioeconômicas. O PNPG (2024-2028) oferece, assim, pontos de ancoragem importantes, como a aposta na internacionalização para além de trocas meramente competitivas, o incentivo à criação de políticas de ação afirmativa e o diálogo mais intenso com as redes públicas de ensino.

Todavia, se, por um lado, o conjunto de diretrizes e eixos propostos pode ensejar avanços substantivos, a concretização dessas metas depende decisivamente do cenário político e econômico. Governos que não reconhecem na pesquisa um bem público podem impor retrocessos orçamentários e institucionais, tornando instável o planejamento de médio e longo prazo dos programas de pós-graduação. Por essa razão, o fortalecimento de uma cultura científica e a criação de arranjos interinstitucionais sólidos – envolvendo agências de fomento, universidades, institutos de pesquisa, setor privado e, sobretudo, a sociedade civil – configuram-se como caminhos imprescindíveis. Somente com o compromisso coletivo em torno do valor estratégico da ciência será possível estabelecer um SNPG inclusivo, de excelência e capaz de responder aos desafios nacionais de forma consistente e duradoura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; BATISTELA, Airton Carlos. A relação universidade pública & setor produtivo na América Latina: mais impasses que possibilidades. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (org.). *Políticas educacionais de ensino superior no Século XXI: um olhar transnacional*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; OLIVEIRA, João F.; CATANI, Afrânio M. O sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024): regulação, avaliação e financiamento. *RBP AE*, v. 32, n. 3, p. 783-808. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68576>. Acesso em: 24.nov. 2024.

BARRETO, Francisco César de Sá; DOMINGUES, Ivan. O PNPG 2011-2020: os desafios do país e o sistema nacional de pós-graduação. *Educação em Revista*, v. 28, n. 03, p. 17-53, set. 2012.

BECHI, Diego; BILIBIO, Rogerio Augusto; TREVISOL, Marcio Giusti. A pesquisa na educação superior na perspectiva de nussbaum e da portaria mctic n. 1.122/2020. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 28, n. 03, p. 17-53. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6198/619872110007/619872110007.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020

BIANCHETTI, Lucídio. Os dilemas do coordenador do Programa de Pós-Graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico-pedagógico. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (org.). *Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BRASIL. *I PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília, DF, 1975. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf. Acesso em: 15 set. 2024

BRASIL. *II PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985)*. Brasília, DF, 1982. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II_PNPG.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. *III PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989)*. Brasília, DF, 1986. Disponível em: http://uab.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2005-2010: coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior*. Brasília, DF: CAPES, 2004.

BRASIL. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020: coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior*. v.1. Brasília, DF: CAPES, 2010.

BRASIL. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020: coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior*. v.2. Brasília, DF: CAPES, 2010.

BRASIL. *Relatório Final 2016: comissão de acompanhamento do PNPG (2011-2020)*. Brasília: CAPES, 2017.

BRASIL. *Proposta de aprimoramento do modelo de avaliação da PG: Documento final da comissão de acompanhamento do PNPG 2011-2002*. Brasília: CAPES, 2018.

BRASIL. *Proposta de Aprimoramento da Pós-Graduação Brasileira para o Quadriênio 2021-2024—Modelo Multidimensional*. Brasília: CAPES, 2020.

CENTENARO, Junior Bufon; BUKOWSKI, Chaiane; SANTOS, Antonio Pereira dos. A pesquisa documental e sua importância para compreensão das políticas educacionais. In: FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina; BUKOWSKI, Chaiane; CENTENARO, Junior Bufon (orgs.). *Pesquisa em Política Educacional: perspectivas metodológicas*. Porto Alegre: Livrologia, 2023, p.155-174.

COURY, Maria de Amorim. *Ações do Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2005-2010 para a redução de assimetrias regionais: avaliação dos instrumentos criados pela CAPES*. 2014. 50 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências: Química da Vida Saúde, Rio Grande do Sul, 201

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FÁVERO, Altair et al. Interação e diálogo com o campo de estudo: a pesquisa bibliográfica em políticas educacionais. In: FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina; BUKOWSKI, Chaiane; CENTENARO, Junior Bufon (orgs.). *Pesquisa em Política Educacional: perspectivas metodológicas*. Porto Alegre: Livrologia, 2023, p.99-116.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. *Revista Contrapontos*, Itajaí, v.19, n.1, jan./dez., 2019, p.170-184. Disponível em: <https://arquivo.periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/13579>

FÁVERO, Altair Alberto; ODY, Leandro Carlos. Os (des)caminhos da formação do docente pesquisador no Ensino Superior: mitos e possibilidades. In: FÁVERO, Altair Alberto; TONieto, Carina; ODY, Leandro Carlos (orgs.). *Docência Universitária: pressupostos teóricos e perspectivas didáticas*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2015, p.6182.

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IVASHITA, Simone; VIEIRA, Aline Daniella R. A pós-graduação no Brasil e o Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG (2011-2020): rupturas e permanências. *Debates em Educação*, v. 9, n. 19, p. 122-132, set./dez. 2017.

LESNIESKI, Marlon Sandro; TREVISOL, Marcio Giusti; SILVA, Gabrielle José da. Metodologia Histórico-Crítica em Pesquisas Educacionais: 1.como aproximações. *Educação e Realidade*, v. e130601, 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de; FONSECA, Marília. A pós-graduação brasileira e o seu sistema de avaliação. In: OLIVEIRA, João de; CATANI, Afrânio Mendes; FERRERIRA, Naura Syria C. (org.). *Pós-Graduação e avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SHIGUNOV NETO, Alexandre.; TREVISOL, Marcio Giusti; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Da institucionalização do Sistema de Pós-graduação ao Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020): desafios e perspectivas. *Revista Diálogo Educacional*, [S. l.], v. 21, n. 71, 2021. DOI: 10.7213/1981-416X.21.071.AO07. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28229>. Acesso em: 24 nov. 2024

TREVISOL, Marcio Giusti; FÁVERO, Altair Alberto; ALMEIDA, Maria de Lurdes Pinto de. Pesquisa e avaliação no PNPG (2011-2020): fragilidades e potencialidades. *Revista Eletrônica Pesquisaeduca*, [S. l.], v. 11, n. 25, p. 303–324, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/901>. Acesso em: 24 nov. 2024.

TREVISOL, Marcio Giusti; FÁVERO, Altair Alberto; MIKOLICZIC, Daniê Regina. Universidade e commodity:quando o mercado coloniza a Educação Superior. *Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)*, Brasília, n.19, n.40, p.01-22), jan./dez., 2024. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/2275>

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

ZABALZA, Miguel. *O Ensino Universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autora 1 – Líder do grupo de pesquisa, idealização do estudo, escrita, análise dos dados.

Autor 2 – Análise dos dados e escrita do texto.

Autor 3 – Escrita, análise dos dados, revisão e edição do manuscrito

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.